

**ÁGUA, ENERGIA E ESTRADAS:  
POLÍTICAS DE COMBATE ÀS SECAS NO  
CEARÁ NOS GOVERNOS GETÚLIO  
VARGAS E JUSCELINO KUBITSCHEK**

**Guilherme Esteves Galvão Lopes**

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (PPHPBC/CPDOC/FGV). Orientador: Prof. Dr. Jairo Cesar Marconi Nicolau. Mestre em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). E-mail: [guilhermegalvaolopes@gmail.com](mailto:guilhermegalvaolopes@gmail.com)

**ÁGUA, ENERGIA E ESTRADAS: POLÍTICAS DE COMBATE ÀS SECAS NO CEARÁ NOS GOVERNOS GETÚLIO VARGAS E JUSCELINO KUBITSCHKEK.**

**WATER, ENERGY AND ROADS: DROUGHT POLICIES IN CEARÁ IN THE GETÚLIO VARGAS AND JUSCELINO KUBITSCHKEK GOVERNMENTS.**

Guilherme Esteves Galvão Lopes

### **RESUMO**

A análise deste artigo está voltada para as políticas de combate às secas no estado do Ceará, em especial no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e no mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com base no tripé água, energia elétrica e infraestrutura de rodovias e estradas. Neste contexto, pesquisaremos o caso específico do Açude Araras e a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) neste conjunto de ações do Poder Público.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Ceará; DNOCS; Nordeste; Nacional-desenvolvimentismo; Secas.

### **ABSTRACT**

The analysis of this article is focused on policies to combat droughts in the state of Ceará, especially in the second government of Getúlio Vargas (1951-1954) and Juscelino Kubitschek's (1956-1961) mandate, based on the tripod: water, electric power and infrastructure of roads and highways. In this context, we will investigate the specific case of the Araras weir and the performance of the National Department of Works Against Droughts (DNOCS) in this set of actions of the Public Power.

### **KEY WORDS:**

Ceará; DNOCS; Northeast; Development; Droughts.

**INTRODUÇÃO**

Afetado pelo problema histórico das secas, que se refletia em seu atraso social e econômico, o Nordeste brasileiro foi, durante muitos anos, encarado como uma fonte de problemas para o país. Além do descaso das autoridades locais e do desprezo por parte do governo central, contribuindo de forma direta ou indireta para a “indústria da seca”, produto direto do coronelismo político na região (CALLADO, 1960), havia também o desinteresse da iniciativa privada.

Questão ignorada por décadas, “desde a segunda metade do século XIX, as secas nordestinas transformaram-se num problema nacional a exigir do governo medidas de socorro e de amparo” (RIBEIRO, 2006, p. 314). Neste período, destaca-se a criação da Comissão de Açudes e Irrigação, por iniciativa de Dom Pedro II (1825-1891), que resultou na construção do Açude Cedro, no município cearense de Quixadá, cujas obras começaram nos anos 1880 e foram concluídas mais de 20 anos depois<sup>1</sup>.

Em 1909, já no governo republicano, o presidente Nilo Peçanha (1867-1924) criou a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), embrião do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945. No entanto, foi a partir da década de 50, quando surgiu o modelo nacional-desenvolvimentista, que a visão sobre o Nordeste – a periferia do Brasil – foi ampliada, passando a abarcar também aspectos econômicos e industriais.

---

<sup>1</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. *Açude Cedro*. Disponível em <<http://www.dnocs.gov.br/barragens/cedro/cedro.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2018.



Figura 1- Açude Cedro, em Quixadá. Foto: Fábio Barros, 2007. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7ude\\_do\\_Cedro#/media/File:Cedro\\_e\\_galinha\\_choca\\_quixada\\_ce.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7ude_do_Cedro#/media/File:Cedro_e_galinha_choca_quixada_ce.JPG).

Para compreendermos esta mudança de paradigmas, nos propomos a analisar a atuação específica do DNOCS na construção do Açude Paulo Sarasate, popularmente conhecido por Araras, na Zona Norte do Ceará. Suas obras, que duraram toda a década de 50, possibilitaram o desenvolvimento da região, trazendo consigo a abertura de estradas, a produção de alimentos, geração e distribuição de energia elétrica e o surgimento e crescimento de diversos núcleos de povoamento.

Neste contexto, a análise do caso do Açude Araras nos possibilitará a compreensão do ideário nacional-desenvolvimentista, sua importância durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e sua preocupação com o desenvolvimento regional, com a atuação do DNOCS como uma das forças dinamizadoras dessas transformações no Nordeste brasileiro até fins da década de 50.

## **O CONTEXTO ECONÔMICO DO GOVERNO GETÚLIO VARGAS**

Eleito pelo PTB em 1950, Getúlio Vargas (1882-1954) retornou ao poder poucos anos após o golpe que deu fim ao ditatorial Estado Novo (1937-1945). Entretanto, as condições políticas eram bem diferentes, pois havia liberdade de imprensa, eleições livres, o Legislativo e o Judiciário estavam em pleno funcionamento e os partidos políticos organizados, inclusive os de oposição: a UDN – o principal deles – já havia tentado, sem sucesso, impugnar sua votação.

No início da década de 1950, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial (FAUSTO, 2012, p. 349).

O momento econômico era de crescimento da inflação, que subiu de 11,9% em 1951 para o patamar de 20,8% em 1954. Algumas das causas eram o endividamento brasileiro no exterior, em decorrência do início da Guerra da Coreia, juntamente com a expansão industrial, que acarretava elevações de custos e preços, em decorrência da natureza nacional dos financiamentos.

As medidas tomadas pelo governo, como o *Plano Aranha*, que “tinha por objetivo controlar a expansão do crédito e o câmbio, nas transações com o exterior”, e a Instrução nº 70 da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), que introduziu o confisco cambial, fracassaram. Em relação ao café, Vargas manteve a elevação de seu preço no exterior, provocando protestos dos Estados Unidos (FAUSTO, 2012, p. 351).

Em paralelo, a posse de Dwight Eisenhower (1890-1969) no governo norte-americano, em 1953, marcou a mudança nas relações externas:

Além de converter o anticomunismo em uma verdadeira cruzada, o governo dos Estados Unidos adotou uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. A linha dominante consistia em abandonar a assistência estatal dada a esses países e dar preferência aos investimentos privados. As possibilidades de o Brasil obter créditos públicos para obras de infraestrutura e para cobrir déficits do balanço de pagamentos encolheram sensivelmente. Os trabalhos no nível de Estado realizados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos chegaram praticamente ao fim, sendo substituídos por negociações de crédito com bancos privados (FAUSTO, 2012, 351).

Diante deste quadro, foram criados o BNDE e a Petrobras, em 1953, considerados os maiores feitos econômicos do segundo governo Vargas. Afetado por profunda crise política, agravada pelo atentado contra o jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), opositor do governo, e pelo conseqüente afastamento de parte considerável do alto oficialato das Forças Armadas, o presidente Getúlio Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954, comovendo a opinião pública e jogando-a contra a oposição. Nas eleições do ano seguinte, Juscelino Kubitschek, seu aliado, foi eleito para a Presidência da República.

**CELSO FURTADO E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO**

Ao longo da década de 50, instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) se notabilizaram em discutir soluções para a superação do processo de subdesenvolvimento dos chamados países periféricos, incluído o Brasil. Um dos mais célebres pensadores vinculados à CEPAL era o economista paraibano Celso Furtado (1920-2004), que ajudou a elaborar o pensamento nacional-desenvolvimentista, sendo este “um processo de desenvolvimento pelo qual a economia brasileira, no período pós Segunda Guerra Mundial, buscou incrementar políticas de desenvolvimento que visassem garantir-lhe meios de integração à nova ordem econômica mundial que começava a se desenhar”<sup>2</sup>.

Os pilares deste modelo foram publicados no livro *Formação Econômica do Brasil*, escrito em 1959, considerado uma das principais obras do pensamento brasileiro contemporâneo. Entre outras questões, Furtado identifica, em paralelo à relativa articulação entre as diferentes regiões do país, o aumento da disparidade de renda, pois, “na medida em que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda”.

Para ele, “o processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em todas as regiões”, comparando a região Nordeste com São Paulo, que em 1910 possuíam aproximadamente o mesmo número de funcionários na indústria têxtil. “Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região”, com o exemplo de São Paulo, que em 1920 já concentrava 29,1% dos operários industriais do país. Por outro lado, o Nordeste reduziu sua participação de 27% em 1920 para 17% em 1950 (FURTADO, 1980, p. 238).

Diante desses dados, o autor afirma que “essa disparidade de níveis de vida, que se acentua atualmente entre os principais grupos de população do país, poderá dar origem a sérias tensões regionais”, e, “uma vez iniciado esse processo [de concentração regional de renda], sua reversão espontânea é praticamente impossível” (FURTADO, 1980, p. 239). Para Furtado, a solução para as desigualdades regionais deveria ser uma das preocupações centrais do Estado brasileiro nos anos seguintes:

---

<sup>2</sup> GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP. *Nacional desenvolvimentismo*. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_nacional\\_desenvolvimentismo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_nacional_desenvolvimentismo.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Essa solução exigirá uma nova forma de integração da economia nacional, distinta da simples articulação que se processou na primeira metade do século. A articulação significou, simplesmente, desviar para os mercados da região cafeeira-industrial produtos que antes se colocavam no exterior. Um processo de integração teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional. Na medida em que se chegue a captar a essência desse problema, irão se eliminando certas suspeitas como essa de que o rápido desenvolvimento de uma região tem como contrapartida necessária o entorpecimento do desenvolvimento de outras. A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial (FURTADO, 1980, p. 240-241).

Entretanto, para a superação destes problemas, seriam necessárias “a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões” e “uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país” (FURTADO, 1980, p. 242). Com base no pensamento da CEPAL e de Celso Furtado, foi formulado o *Plano de Metas* do governo de Juscelino Kubitschek.

### **O PLANO DE METAS DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK**

Eleito em 1955 pela aliança PSD-PTB, tendo como vice-presidente João Goulart (1918-1976), o ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek (1902-1976) deu início à execução das ideias expostas nas *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento* (OLIVEIRA, 1955), que dariam origem ao *Plano de Metas*, sintetizado no *slogan* de sua campanha eleitoral: 50 anos em 5.

O *Plano de Metas* contemplava as áreas de energia, transportes, alimentação e as indústrias de base, com sua execução desdobrada em 30 metas, compreendendo temas como energia elétrica, energia nuclear, produção e refino de petróleo, ferrovias, rodovias, transporte aeroviário, siderurgia, exportação de minérios de ferro, construção naval, indústria pesada e ensino técnico e superior (BRASIL, 1958, p. 7-8). Posteriormente, foi incluída a 31ª meta, chamada de *meta-síntese*: a construção de Brasília e a transferência da capital federal<sup>3</sup>.

No campo da energia, o *Plano* previa, dentre outras metas, a “elevação da potência instalada de 3.000.000 de kW para 5.000.000 de kW até 1960 e ataque de obras que possibilitarão o aumento para 8.000.000 de kW em 1965”. Até 1958, especificamente no caso

<sup>3</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *50 anos em 5: o Plano de Metas*. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 19 ago. 2018

do Ceará, estavam em andamento as linhas de transmissão da região do Cariri e a ampliação da usina termelétrica de Fortaleza, “pela instalação de uma terceira unidade de 5.000 quilowatts, já encomendada” (BRASIL, 1958, p. 23-24).

Nos transportes, as metas 8 e 9 previam, respectivamente, a pavimentação de 5.000 km de rodovias e a construção de 12.000 km de novas rodovias. Em 1956, eram apenas 920 km de rodovias federais asfaltadas, dos 10.000 km existentes. No Ceará, a BR-22 Fortaleza-Belém (atual BR-222, que liga Fortaleza à cidade de Marabá, no Pará) estava com 124 km construídos, dos quais 40 estavam asfaltados (BRASIL, 1958, p. 45-46).

Neste contexto, foi criado em 1958 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), embrião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada no ano seguinte pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, sob a direção de Celso Furtado. Dentre as finalidades do órgão, estavam “estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste”, “supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento” e “executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste”<sup>4</sup>.



Figura 2 - Juscelino Kubitschek (esq.) e Celso Furtado em reunião na SUDENE. Foto: autor desconhecido. Acervo: Revista Manchete, 1963. Fonte: <http://jk.cpdoc.fgv.br/sites/jk.cpdoc.fgv.br/files/imagens/sudene.jpg>

<sup>4</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959*. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L3692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3692.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2018.



A SUDENE compreendia a Secretaria Executiva, sob direção do superintendente, cargo de livre nomeação do Presidente da República, e o Conselho Deliberativo, composto por 26 membros de diferentes órgãos e indicações de governos estaduais. No entanto, apenas 3 eram membros natos: o próprio superintendente, o diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o superintendente da Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), o que indica a disposição na elaboração e execução de políticas públicas conjuntas para a região.

No contexto específico da construção do Açude Araras, a SUDENE ainda não existia, ficando seu projeto e construção a cargo do DNOCS.

### **O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS)**

O DNOCS tem sua origem na Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada a partir do Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, que aprovou o “regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das secas”<sup>5</sup>. Dez anos depois, o órgão teve o nome alterado para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), pelo Decreto nº 13.687, de 9 de julho de 1919.

De acordo com o decreto, a IFOCS destinava-se a “construir obras e fomentar serviços que atenuem ou previnam os efeitos das secas no Ceará, Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Piauí, em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, na Bahia e no norte de Minas”. Dentre os serviços, figuravam a construção de estradas de rodagem, perfuração de poços, construção de açudes, fiscalização de obras, piscicultura, e estudos meteorológicos, geológicos, hidrométricos e topográficos<sup>6</sup>.

A denominação atual do órgão veio através do Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) continuava vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), tendo por “finalidade a realização de todas as obras destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das secas na região a

<sup>5</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

<sup>6</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 13.687, de 9 de julho de 1919*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13687-9-julho-1919-516701-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

que se refere o art. 2º da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e em outras zonas do país, a que a lei venha a estender o seu campo de ação”<sup>7</sup>.

O DNOCS foi transformado em autarquia pela Lei nº 4.229, de 1 junho de 1963<sup>8</sup>, sendo o principal órgão federal de infraestrutura no Nordeste brasileiro. Com a criação de órgãos como a SUDENE e a SUVALE, criada em 1967, atual Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), diversas atribuições do DNOCS foram gradativamente transferidas.

Foi extinto no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), através da Medida Provisória nº 1.795, de 1º de janeiro de 1999, juntamente com o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República<sup>9</sup>. Em 2001, após mobilização de políticos e lideranças civis do Nordeste, o órgão foi recriado através da Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro, que alterou a antiga Lei nº 4.229/1963<sup>10</sup>.

Dentre as principais obras, próprias ou em parceria, realizadas pelo DNOCS, destacam-se a construção dos açudes Coremas (1942), Santa Cruz (1959), Orós (1961), Banabuiú (1966), Açú (1983) e Castanhão (2003); o início das obras da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, no Piauí, na década de 60; e a construção da BR-020, ligando Fortaleza a Brasília<sup>11</sup>.

## O FLAGELO SOCIAL, A INDÚSTRIA DA SECA E O AÇUDE ARARAS

O Açude Araras foi projetado com o objetivo de perenizar o rio Acaraú, localizado na região norte do Ceará, cuja bacia hidrográfica possui 14.423 km<sup>2</sup> ao longo de seus 315 km de extensão, correspondendo a 10% do território do estado (SANTANA, 2009,

<sup>7</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8486-28-dezembro-1945-416385-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

<sup>8</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4229.htm)>. Acesso em: 18 set. 2018.

<sup>9</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Medida Provisória nº 1.795, de 1 de janeiro de 1999*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas/1795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/1795.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2018.

<sup>10</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10204-22-fevereiro-2001-362976-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

<sup>11</sup> Todos os dados retirados do *site* do DNOCS: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Disponível em <<http://www2.dnocs.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

p. 16-17). Anteriormente denominado como Projeto Santa Cruz – em alusão ao município de Santa Cruz, atual Reriutaba – e Açude Tanques, os estudos para instalação do açude Araras foram iniciados nas décadas de 20 e 30<sup>12</sup>.

Suas obras começaram em 1951<sup>13</sup>, no governo de Getúlio Vargas, com projeto e execução do DNOCS e consultoria da Cementation do Brasil S/A – Engenharia Geral, tendo como responsável o engenheiro Luís Saboya de Albuquerque (1909-?). Em 1953, foi iniciada a construção da barragem auxiliar, e em 1956 a construção da barragem principal<sup>14</sup>.

Durante as obras, ficaram latentes os problemas sociais ocasionados pelas fortes secas dos anos 50: multidões de flagelados invadiam as cidades, saqueavam o comércio e os armazéns públicos, depredando também repartições oficiais. Em muitos casos, a multidão pressionava o DNOCS para que os homens fossem empregados nas obras, em troca de roupas, comida e abrigo. No Açude Araras, eram constantes as contratações e demissões em massa, devido à incapacidade de gerenciamento de tamanho caos (FERREIRA, 2016, p. 171).

O flagelo provocado pelas secas no Nordeste foi alvo do estudo de importantes autores brasileiros, como o geógrafo Josué de Castro em sua obra *Geografia da Fome*. Nela, analisou o caso do Ceará, inserido no contexto ampliado do sertão nordestino, apontando a “fatalidade climática das secas” como responsável pela presença do Nordeste nas “áreas de fome do continente americano”:

Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à míngua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada (CASTRO, 1984, p. 166-167).

Darcy Ribeiro complementa a análise de Josué de Castro, afirmando que as secas fizeram do Nordeste “um vasto reservatório de força de trabalho barata”, “tendendo a fixar-se nas zonas mais ricas do Sul aqueles nos quais a paupérrima sociedade de origem investiu para alfabetizar e capacitar para o trabalho” (RIBEIRO, 2006, p. 313). Para ele, a imensa oferta de mão-de-obra ávida por empregos nos ajuda a compreender os baixos salários pagos no Brasil aos trabalhadores menos qualificados (RIBEIRO, 2006, p. 314).

<sup>12</sup> CONTANDO a História do Açude Araras. Produção: III Encontro dos Varjotenses em Fortaleza. Fortaleza: Cesar Video, 2014. DVD.

<sup>13</sup> *Boletim do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas*, Rio de Janeiro, nº 2, vol. 18, nov. 1958, p. 2.

<sup>14</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. *Açude Araras*. Disponível em <<http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/barragens/araras/araras.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

É então que o autor situa os problemas sociais, ocasionados pelas condições climáticas, como simples pano de fundo para iniciativas governamentais que tinham por objetivo atender aos interesses do coronelismo político, dando origem à “indústria da seca”:

Cada seca, e por vezes a simples ameaça de uma estiagem, transforma-se numa operação política que, em nome do socorro aos flagelados, carrega vultuosas verbas para a abertura de estradas e, sobretudo, a construção de açudes nos criatórios. Nas últimas décadas, enormes somas federais concedidas para o atendimento das populações nordestinas atingidas pelas secas custearam a construção de milhares de açudes, grandes e pequenos, enriquecendo ainda mais os latifundiários, assegurando a seu gado a água salvadora nas quadras de estiagem e amplas estradas para movimentar os rebanhos em busca de pastos frescos. Esses mesmos mecanismos retiveram os sertanejos sob o guante dos patrões.

Chegou-se mesmo a implantar uma “indústria da seca”, facilmente simulável numa enorme área de baixa pluviosidade natural, quando para isso se associam os políticos, que, dessa forma, encontram modos de servir sua clientela, os negociantes e empreiteiros de obras que passam a viver e a enriquecer da aplicação de fundos públicos de socorro e os grandes criadores pleiteantes de novos açudes, valorizadores de suas terras e que nada lhes custam. Apesar dos planos governamentais consignarem sempre a destinação dos açudes à irrigação das terras para os cultivos de subsistência, na forma de pequenas propriedades familiares, jamais um palmo das terras beneficiadas foi desapropriado com esse objetivo, ficando as áreas irrigáveis sob o domínio dos fazendeiros, para os usos que mais lhes convinham (RIBEIRO, 2006, p. 314-315).

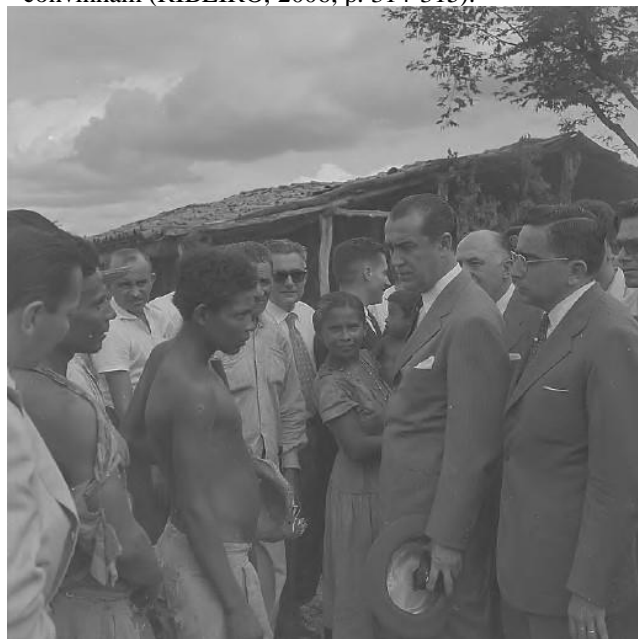


Figura 3 - Juscelino Kubitschek conversa com um flagelado na região do Açude Araras. Foto: Cruz. Acervo: Agência Nacional. Fonte: Arquivo Nacional.

Impressionado com o problema das secas, o presidente Juscelino Kubitschek iniciou uma séria de viagens por estados nordestinos, onde vistoriou as obras executadas pelo DNOCS. Em 17 de abril de 1958, Kubitschek desembarcou no Ceará, indo diretamente para as obras do Açude Araras. O governador Paulo Sarasate (1908-1968), que o acompanhava, o

relembra de secas como a de 1897, quando 20 mil pessoas morreram de fome nas proximidades de Fortaleza:

Das conversas que mantive com as autoridades locais, chegara à conclusão de que o ponto nevrálgico do problema continuava sendo o abastecimento. Quanto aos sem trabalho, a situação estava sendo remediada. Em Araras, por exemplo, eu tivera a oportunidade de ver 10 mil retirantes empregados nas obras do açude. Entretanto, tudo aquilo eram paliativos, medidas de emergência, providências tomadas no calor da refrega. Cada vez me convencia mais de que deveria partir para outras soluções. Disseram-me que em Serra Talhada, em Pernambuco, os flagelados alimentavam-se de cozido de umbu com cinza (KUBITSCHKEK, 2000, p. 169).

Os flagelados empregados nas obras do DNOCS eram, pejorativamente, apelidados de cassacos, nome pelo qual o gambá é conhecido no Nordeste. Sofriam com condições insalubres de trabalho e regimes alimentares pobres, ocasionando acidentes e a proliferação de doenças. Os conflitos eram frequentes, tanto entre cassacos, quanto entre estes e seus superiores. Os empregos gerados pelo DNOCS passaram a ser vistos como tábua de salvação, por parte dos flagelados, e como moeda de troca, por importante parcela da classe política nordestina (CASTRO, 2011, p. 7-10).

Concluído em 31 de julho de 1958, o Açude Araras possuía a capacidade de 1 bilhão de m<sup>3</sup> de água, com 3.578.000 m<sup>3</sup> de volume da barragem, 2.700 metros de parede e altura máxima de 38 m, tornando-o o maior açude público do Nordeste até a inauguração do Açude Orós, em 1961. Atualmente gerido pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH), o Araras é o quarto maior açude do estado, com capacidade de 859 milhões de m<sup>3</sup>, sendo o Castanhão o maior, comportando quase 7 bilhões de m<sup>3</sup> de água<sup>15</sup>.

No mês seguinte à inauguração do açude, o presidente Juscelino Kubitschek autorizou a instalação, por parte do DNOCS, de uma central hidrelétrica para o suprimento, em alta tensão, dos concessionários locais, com o prazo de 90 dias para apresentação do projeto e orçamento à Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério da Agricultura<sup>16</sup>. A usina foi instalada e inaugurada apenas em 1967 pelo ministro da Viação e Obras Públicas Juarez Távora (1898-1975)<sup>17</sup>.

O açude e sua construção influenciaram diretamente no surgimento do município de Varjota, criado em 1896 como distrito do município de Ipu. A Lei estadual nº 1.540, de 3

<sup>15</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRAS AS SECAS. *Açude Castanhão*. Disponível em <<https://www.dnocs.gov.br/barragens/castanhao/castanhao.html>>. Acesso em: 19 set. 2018.

<sup>16</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto nº 44.446, de 29 de agosto de 1958*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44446-29-agosto-1958-383540-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

<sup>17</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1967. p. 7.

de maio de 1935, transferiu Varjota de Ipu para Santa Cruz, que em 1943 passou a se chamar Reriutaba. Em 1951, Reriutaba passou a se chamar Santa Cruz do Norte, voltando à antiga denominação em 1956<sup>18</sup>.

Seu nome remete ao morro das Araras, aproveitado como parte da parede do açude, no local conhecido como Gruta. Araras, inclusive, é como Varjota ainda é chamada pelos moradores mais antigos. Outro exemplo de que a vida do município está intrinsecamente relacionada à existência do açude é a nomenclatura de alguns de seus bairros: Empréstimos (que “emprestava” terra para a construção da parede do açude), Piçarreira (de onde era extraída a piçarra para as obras), Acampamento (do DNOCS), etc.

A parede do açude está dividida entre os municípios de Varjota e Santa Quitéria, tendo como marco o leito do rio Acaraú. Do lado de Santa Quitéria, na área do distrito de Trapiá, fica localizado o bairro Sangradouro, que ganhou este nome pela proximidade com a área da barragem por onde a água transborda nos períodos chuvosos.



Figura 4 - Sangradouro do açude Araras durante as chuvas de 2009. Foto: Pedro Cavalcante. Fonte: [https://www.flickr.com/photos/pedro\\_netto/3479507681/sizes/1](https://www.flickr.com/photos/pedro_netto/3479507681/sizes/1).

Através da Lei estadual nº 11.007, de 5 de fevereiro de 1985, o distrito de Varjota foi emancipado de Reriutaba, dando origem ao município de mesmo nome, instalado em 1º de janeiro de 1986. Além do distrito sede, a cidade possui também o distrito de Croatá, criado em 1988. Segundo o IBGE, em 2017 a população estimada de Varjota era de 18.239

<sup>18</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Varjota*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/varjota/panorama>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

pessoas<sup>19</sup>. Com a última sangria em 2011, sucedida de longa estiagem, o açude Araras possuía, em 31 de julho de 2019, 65,61% de sua capacidade<sup>20</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek contribuíram, de fato, para a formulação e execução de iniciativas governamentais não apenas no sentido de amenizar e erradicar a fome e a pobreza no Nordeste brasileiro, mas lançando as bases para o progresso socioeconômico da região a médio e longo prazo, dentro de uma conjuntura mais ampla de desenvolvimento nacional.

Os resultados se refletiram nos indicadores econômicos da região: a participação do Nordeste na renda nacional passou de 13,9%, em 1955, para 19%, em 1963. Sobre a renda *per capita*, enquanto em 1955 a do Nordeste era apenas 42,9% da média nacional, em 1963 ela alcançou 52,5% (MOREIRA, 2011, p. 202). Importante indicador social, a mortalidade infantil na região, que era de 175,0 em 1950, caiu para 146,4 mortes a cada mil nascimentos em 1970, uma redução de 16,34%. Entre 1950 e 1990, a redução foi de 57% (SIMÕES, 1999, p. 20).

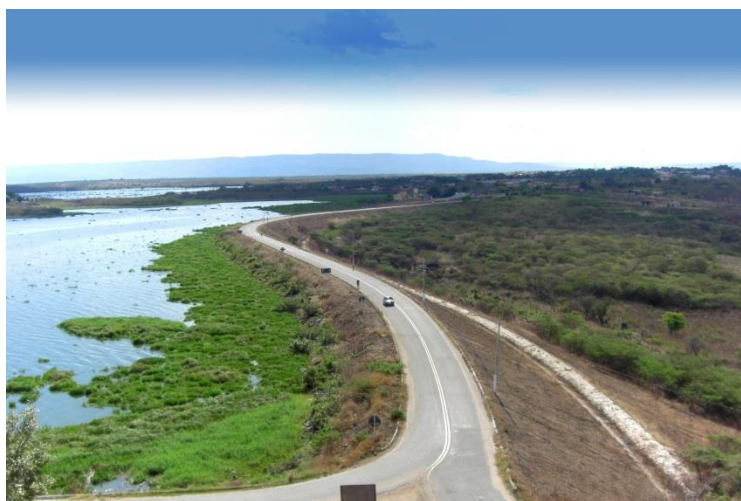


Figura 5 - Barragem auxiliar do Açude Araras e vista parcial da cidade de Varjota, ao fundo à direita. Foto: Macílio Gomes, 2009. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A%C3%A7ude\\_Araras\\_-\\_Varjota\\_-\\_CE\\_-\\_panoramio\\_\(5\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A%C3%A7ude_Araras_-_Varjota_-_CE_-_panoramio_(5).jpg).

<sup>19</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Varjota*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/varjota/panorama>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>20</sup> FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. *Portal Hidrológico do Ceará*. Disponível em <<http://www.hidro.ce.gov.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

Apesar de sua participação direta nestes resultados, a política de açudagem promovida pelo DNOCS era encarada por muitos como um instrumento de dominação política, favorecendo o coronelismo através da seleção das obras em regime de cooperação com agentes privados, e reduzindo o atraso socioeconômico do Nordeste apenas ao problema da falta de água (PEREIRA NETO, 2017, p. 285-294).

A própria existência do DNOCS foi contestada por Thomas Skidmore, ao afirmar que Kubitschek, por seu perfil conciliador, “raramente tentava abolir ou alterar radicalmente as instituições administrativas existentes”, preferindo uma atitude “mais prática”, “como a de criar um novo órgão para solucionar um novo problema”:

A SUDENE, a nova entidade em matéria de desenvolvimento no Nordeste, foi um flagrante exemplo dessa prática. Kubitschek passou por cima do ineficiente Departamento contra as Secas, DNOCS, dominado por uma mentalidade corrupta e obsoleta, criando uma nova entidade, concedendo à mesma uma liderança e recursos de que a antiga instituição jamais gozara (SKIDMORE, 2007, p. 228).

Darcy Ribeiro também direcionou críticas ao DNOCS, situando-o no contexto da indústria da seca:

Um primeiro órgão federal permanente – o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) – criado para atender ao problema das secas transformou-se numa agência de clientelismo descarado a serviço dos grandes criadores e do patriciado político da região. Mais tarde, foi necessário criar um segundo órgão, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), planejado em bases modernas, relativamente liberado do clientelismo (que continuaria sendo provido pela primeira instituição), para dedicar-se à implantação de uma infraestrutura mais capaz de dinamizar a economia regional. Como era previsível, o programa encontrou a maior oposição das camadas senhoriais nordestinas e só pôde ser posto em execução depois de demonstrar que não afetaria a estrutura social, especialmente o regime de propriedade (RIBEIRO, 2006, p. 315-316).

No entanto, não se pode desprezar, em nenhum momento, a importância do DNOCS, pois sua atuação tornava-se urgente diante de problemas sociais imediatos, como a fome e a sede, que não poderiam aguardar, por exemplo, pela consolidação de políticas de industrialização da região:

O DNOCS tem a seu crédito várias das maiores contribuições para a arrancada desenvolvimentista do Nordeste. Foi ele o primeiro a chegar aonde então predominava a desesperança. Na paisagem agreste do sertão, construiu açudes, rasgou estradas, abriu poços, implantou campos de pouso, montou usinas hidroelétricas. Foi, enfim, a primeira realização concreta da ação governamental em terras nordestinas.

Em resumo, o DNOCS realizou: 252 açudes públicos, com capacidade de acumulação de 10.357.000.000 m<sup>2</sup>; e mais 600 por particulares em regime de cooperação; 8.877 poços profundos, com vazão total de 38.254 l/h; 237 serviços de



abastecimento d'água, em igual número de cidades, beneficiando 1.700.000 pessoas; 9.845 km de rodovias e 6.559 m de pontes rodoviárias; 922 km de canais, 434 km de drenos e 11.680 ha de terra irrigada, beneficiando 9.700 famílias; 76 campos de pouso; 8 usinas hidroelétricas, beneficiando 30 cidades; ampla produção de peixe em 70 açudes controlados (SAMPAIO; COSTA, 1972, p. 130).

Também é equivocada a análise de sua atuação de forma isolada. O órgão foi apenas a primeira de várias iniciativas governamentais de desenvolvimento da região, como a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945; do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952; da SUDENE em 1959 e da SUVALE oito anos depois, que passaram a atuar, com certo grau de coordenação, em diferentes áreas.

Suas iniciativas inspiraram outras políticas específicas para a região como o *Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste*, no contexto do *Plano Trienal* do governo João Goulart (1961-1964), com a participação direta de Celso Furtado, ministro do Planejamento entre 1962 e 1964<sup>21</sup>; a transformação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, com atuação em parte do Maranhão, no governo Castelo Branco (1897-1967), entre 1964 e 1967; o *Plano de Desenvolvimento do Nordeste* (1972-1974), durante o governo Garrastazu Médici (1964-1968), de 1969 a 1974; e o *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste* (2011), na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016).

Diante do exposto, concluímos que o DNOCS foi, apesar de suas contradições, um importante instrumento de desenvolvimento social e humano no Nordeste brasileiro. Importante exemplo de que sua função não pode ser limitada à execução de obras de infraestrutura é a alteração de parte da configuração urbana do Nordeste brasileiro: após a conclusão de determinado açude, muitos operários eram deslocados para outras frentes de trabalho, ocasionando a transferência de importantes contingentes populacionais. Entretanto, vários permaneciam, tornando-se comerciantes ou seguindo outras funções públicas, ajudando a desenvolver a economia de suas localidades (ASSIS; ARAÚJO, 2009).

Neste sentido, inúmeras cidades desenvolveram-se a partir de obras executadas pelo DNOCS: além de Varjota, hoje parte da Região Metropolitana de Sobral, mencionamos também os municípios de Cariré, Pires Ferreira, Ipu, Hidrolândia, Santa Quitéria, Forquilha, Banabuiú, Iguatu, Orós, Pentecoste e Jaguaribara como beneficiários de suas iniciativas.

<sup>21</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963*. Disponível em <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4239-27-junho-1963-353332-norma-atualizada-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4239-27-junho-1963-353332-norma-4239-27-junho-1963-353332-norma-atualizada-pl.html)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

Acrescentamos ainda que várias regiões saíram do isolamento graças às ligações rodoviárias executadas pelo órgão, como é o caso da rodovia CE-183, que liga o Açude Aires de Sousa, o Jaibaras, na divisa entre os municípios de Sobral e Cariré, ao Açude Araras (FERREIRA, 2016, p. 68), e da própria BR-222, que hoje é a principal ligação entre Fortaleza e Sobral.

Em relação à produção de alimentos, no caso específico de Varjota, o Perímetro Irrigado Araras Norte possui uma área total de 1.345,80 hectares cultivados, composta por pequenos lotes concedidos a agricultores locais, abastecidos pela água proveniente do açude<sup>22</sup>. A piscicultura empreendida na região é de caráter artesanal, sobre a qual não foram localizados dados recentes.

---

<sup>22</sup> DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE CONTRA AS SECAS. *Perímetro Irrigado Araras Norte*. Disponível em <[https://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros\\_irrigados/ce/araras\\_norte.html](https://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce/araras_norte.html)>. Acesso em: 19 set. 2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Lenilton Francisco de; ARAÚJO, Francinelda Ferreira de. A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. XIII, núm. 294, Barcelona, 1 jul. 2009.

BRASIL. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek**: estado do plano de desenvolvimento econômico em 30 de junho de 1958. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1958.

CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Lara de. “Cassacos”: trabalho, cotidiano e conflitos nas frentes de serviços na Bahia e no Ceará. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980. 17ª ed.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart**: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1955.

PEREIRA NETO, Manoel Cirício. Perspectivas da açudagem no semiárido brasileiro e suas implicações na região do Seridó potiguar. **Sociedade & Natureza**, vol. 29, nº 2, Uberlândia, mai/ago 2017, p. 285-294.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. **Anuário do Estado do Ceará**. Fortaleza: Stylys, 1972.

SANTANA, Eudoro Walter de (coord.). **Caderno regional da bacia do Acaraú**. Fortaleza: INESP, 2009.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva (coord.). **Evolução e perspectivas da mortalidade infantil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 14ª ed.

\*\*\*

Artigo recebido em setembro de 2018. Aprovado em maio de 2019.